

## **As Perspectivas de Avaliação de Políticas Públicas e o campo da Economia Solidária**

Amauri Silva Pereira  
Nazaré

### **Resumo Simples**

Este trabalho se desenvolve em torno de uma análise sobre as perspectivas de avaliação de políticas públicas no campo da Economia Solidária. A Economia Solidária é um movimento de geração de trabalho e renda a partir da perspectiva da autogestão, unindo economia e vida (FRANÇA FILHO, 2013; SINGER, 2002). O objetivo geral desta pesquisa é compreender quais perspectivas avaliativas de políticas públicas estão sendo empreendidas para alcançar a experiência do beneficiário inserido no contexto da Economia Solidária. A coleta de dados ocorreu por meio da realização de um levantamento bibliográfico em torno das pesquisas avaliativas de políticas públicas ou programas sociais. A análise de dados foi realizada por meio de análise bibliográfica. Os resultados alcançados apontam para uma frequência maior de pesquisas de avaliações de políticas públicas ou programas sociais em programas de pós-graduação em avaliação de políticas públicas no Brasil no campo da Economia Solidária centradas na perspectiva pós-constructivista de avaliação.

### **Resumo Expandido**

A Economia Solidária (ES) no Brasil ganha espaço ao tempo em que despontam iniciativas de livre associação nos anos de 1980 e 1990, Laville (2016) destaca esse processo como simultâneo na América do Sul e na Europa, apesar de Zanatta (2021) citar um processo anterior de institucionalização do sistema cooperativista no Brasil no período ditatorial. Gaiger e Kuyven (2020) destacam iniciativas como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do ministério do Trabalho e Emprego e, também, o Conselho Nacional de Economia Solidária, instalado em 2006, como órgão maior de agregação e de formulação de diretrizes para a ação governamental. Demarcações entre o campo de públicas e a economia solidária. Gaiger (2003) compreende o fenômeno da ES como uma via de combate aos efeitos negativos da economia de mercado, para o autor a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção dominante, é um processo eminentemente social. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender quais perspectivas avaliativas de políticas públicas estão sendo empreendidas para alcançar a experiência do beneficiário inserido no contexto da Economia Solidária. Guba e Lincoln (2011) no texto da avaliação de quarta geração elaboram a seguinte estruturação histórica: Avaliação de primeira geração, caracterizada pela mensuração. Avaliação de segunda geração, caracterizada pela descrição. A avaliação de terceira geração, caracterizada pelo juízo de valor. A avaliação de quarta geração por sua vez está situada no paradigma constructivista, centrada nas questões dos grupos de interesse. Para o desenvolvimento desta pesquisa segue-se o seguinte percurso elaborado pelo Professor Alcides Gussi: Avaliações positivistas, objetivas,

quantitativas, “neutras”, marcadas pela ação de medir, observadas em Scriven (1967).

Avaliações crítico-dialéticas, participativas, subjetivistas,

crítica e transformadora, observada em Silva (2008). Avaliações construtivistas, subjetivistas, qualitativas, marcadas pela compreensão em Guba e Lincoln (2011) e Avaliações pós-construtivistas, intersubjetivas, dialógicas e participativas, de métodos mistos e etnográficas, observados em Lejano (2012) e Lea Rodrigues (2016). O campo da avaliação de políticas públicas inaugura-se no Brasil sob a forte influência externa de organismos multilaterais nas décadas de 1980 e 1990. A avaliação é institucionalizada no Brasil, como uma das condições, do chamado “Consenso de Washington”, para Gelinski e Siebel (2012), este daria mais consistência às reformas implantadas e passaria a sinalizar as “boas práticas” da administração pública pelo resto do mundo. A intenção era fazer com que o Estado funcionasse melhor com o menor custo possível, a partir do tripé da eficiência, eficiência e efetividade. Faria (2005) pontua a instrumentalização da pesquisa avaliativa para o sucesso da reforma do Estado, considerando o caráter eminentemente político do projeto de “modernização” do Estado vinculado à “revolução” gerencialista que se deseja implantar, no qual o monitoramento e a avaliação de políticas ocupam lugar de destaque. Gussi e Oliveira (2016) comentam ainda que quase sempre reduzidas à dimensão econômica, estas demonstram o sucesso ou fracasso das políticas, revelando a otimização da relação custo-benefício, malgrado a percepção das contradições do Estado. Borges (2000), por sua vez, demonstra a chamada “crise de caráter” do Estado, onde a submissão da burocracia estatal à ideologia do livre-mercado em determinado momento vai de encontro ao ideal de democracia representativa. Essa premissa de luta por justiça social pode ser visualizada quando França Filho (2013) apresenta as experiências de Economia Solidária no Brasil, esta ação econômica localizada tende à mobilizar atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos. Considerando assim a ES como uma emanção de ações coletivas. Para Singer (2002) a Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. França Filho (2013) acredita que a ES rejeita a racionalidade calculadora em favor de uma racionalidade substantiva em valor e questiona, como fazer a gestão de uma outra economia? A Gestão Social, orientada para a deliberação democrática e a interação entre Estado e sociedade civil, vai permitir a participação dos atores em sua própria emancipação, apreendendo as iniciativas das organizações populares em sistemas auto-organizados. Em contraponto à racionalidade instrumental de mercado, pautada em valores do individualismo, Ramos (1989) levanta a necessidade de procurar entender as organizações enquanto ambientes epistemológicos, centrados na racionalidade substantiva, Soares (2020) incorpora este pensamento a realidade da Economia Solidária, considerando o entendimento de Singer (2002) em relação aos valores ideológicos de autogestão, participação, igualdade e solidariedade da ES. Para Lejano (2012)



Formação e ação no Campo de Públicas  
identidade, diversidade e tecnopolítica  
da democracia republicana

se tivermos que entender como o terreno do

contexto social-cognitivo age no indivíduo, precisamos entrar na realidade cognitiva do indivíduo e tentar compreender como esta realidade é experienciada. Premissa de uma realidade pós-construtivista, procura-se entender o ponto de vista dos sujeitos por meio de suas narrativas e experiências, compreender a visão subjetiva dos fenômenos. Em Rodrigues (2016) procura-se compreender os sentidos da política a partir das lógicas dos sujeitos e dos contextos nos quais eles e a própria política estão inseridos. A abordagem metodológica do objeto desta pesquisa, quanto à sua natureza é qualitativa, a coleta de dados ocorreu pelo levantamento de pesquisas científicas cujo objeto de estudo foram avaliações de políticas públicas ou programas sociais, nos programas de pós-graduação em avaliação de políticas públicas no Brasil. Os trabalhos foram selecionados considerando os seguintes critérios: Pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos que descrevem no resumo o método, ou tipo de metodologia ou perspectiva avaliativa que fora adotada. Foram utilizadas as palavras-chave: “avaliação”, “políticas públicas” e “Economia Solidária”. As análises dos dados ocorreram por meio de análise bibliográfica, focando capítulos direcionados aos objetivos e pressupostos, marcos teóricos, aspectos metodológicos e análise dos resultados. Foram identificadas um total de 122 pesquisas avaliativas nos programas de pós-graduação em avaliação de políticas públicas no Brasil, nos últimos cinco anos, destas 75 foram categorizadas, conforme os critérios supracitados, em um paradigma pós-construtivista e 47 inseridas no paradigma positivista de avaliação. Observando-se assim uma frequência maior de pesquisas de avaliações de políticas públicas em programas de pós-graduação em avaliação de políticas públicas centradas na perspectiva pós- construtivista de avaliação.

## REFERÊNCIAS

BORGES, André. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à "crise de caráter" do Estado. Dados [online]. 2000, v. 43, n. 1 [Acessado 26 de abril de 2022], pp. 119-151. Acesso em Mar/2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000100004>

FARIA, Carlos Alberto Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n.59, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública?. **CADERNOS EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, artigo 7, Rio de Janeiro. 2013.

GAIGER, Luiz. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Acesso em Abr/2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>

GAIGER, Luiz; KUYVEN, Patrícia. Economia solidária e trajetórias de trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v. 35 n.103. 2020. Acesso em: Abr/2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. ; SEIBEL, Erni José. **Concepção do Estado e Escolha da Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas. Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.** Florianópolis, v.13, n.102, p.119-134 jan/jul 2012 Acesso em Mar/2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2012v13n102p119>

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração.** Campinas: Editora Unicamp, 2011.

GUSSI, A. F; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate.** v. 4, p. 83-101, 2016. Acesso em ....Disponível em....

LAVILLE, J. L. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **Organizações&Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 78, p. 369-377, Jul./Set. 2016. Acesso em Abr/2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92307812>

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas:** a fusão de texto e contexto. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 103-155, 2016.

SOARES, M. N. M. A Racionalidade Substantiva das práticas de autogestão: Uma análise sobre as dinâmicas organizativas de mulheres na Economia Solidária sob a perspectiva da história oral. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 13, Ed. Especial Engema, p. 1216-1234, 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais:** uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. SILVA, Maria Ozanira (Org). Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008 (p. 89 a 177).

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. Chicago, Rand McNally. **Série Monografia da Associação Americana de Pesquisa Educacional sobre Avaliação de Currículo** n1. 1967, pp 39-83.

ZANATTA, Rafael A. F. Cooperativismo de Plataforma no Brasil: Dualidades, Diálogos e Oportunidades. Rio de Janeiro: **Plataform Cooperativism Consortium**, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2022/07/Relatorio-Cooperativismo-de-Plataforma-Port.pdf> Acesso em Abr/2023.